



Governo do Distrito Federal

Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Chefia da Diretoria de Materiais e Serviços

Seção de Elaboração de Projetos Básicos e Pedidos de Compras

Termo de Referência n.º 216/2026 - CBMDF/DIMAT/SEPEC

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 170/2026

1. OBJETO

Registro de preços para aquisição de Detergente Líquido Neutro Concentrado, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Instrumento.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. Motivações de fato

1.1. O detergente neutro concentrado é utilizado rotineiramente na limpeza e desinfecção de materiais e viaturas empregados nas atividades do Atendimento Pré-Hospitalar (APH) do CBMDF, sendo indispensável para a manutenção das condições adequadas de higiene e biossegurança no serviço operacional. Sua utilização contribui diretamente para a remoção de sujidades e resíduos orgânicos presentes nos materiais e nos compartimentos internos das viaturas, assegurando a adequada preparação dos meios utilizados nas ocorrências.

1.2. A necessidade de aquisição do referido item decorre da redução do estoque atualmente disponível, que se encontra em nível insuficiente para atender à demanda regular das Unidades de Resgate. Considerando o uso contínuo do produto nas rotinas de limpeza pós-atendimento, bem como o desgaste natural do consumo diário, há risco de desabastecimento em curto prazo, o que comprometerá a execução adequada dos procedimentos de higienização.

1.3. Diante desse cenário, faz-se necessária a reposição do estoque de detergente neutro concentrado, de modo a assegurar a continuidade das atividades de limpeza e desinfecção dos materiais e viaturas utilizados no APH, mantendo as condições indispensáveis à segurança operacional e à preservação da saúde dos militares e dos usuários atendidos.

1.4. A não aquisição do item poderá acarretar prejuízos à biossegurança das equipes, com aumento do risco de contaminação, comprometimento da higienização dos materiais e viaturas e possível redução da qualidade do atendimento prestado à população. Além disso, a indisponibilidade do produto poderá impactar diretamente a prontidão operacional das Unidades de Resgate, em razão da impossibilidade de execução adequada dos procedimentos de limpeza e desinfecção.

2. Motivações de direito

2.1. Consoante determina o art. 447 da Portaria n.º 24, de 25 de novembro de 2020, compete ao COESP, planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos referentes às demandas e atribuições do setor, bem como zelar pela manutenção, conservação e guarda dos bens patrimoniais.

2.2. A presente contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico 2025-2030, conforme Alinhamento da contratação com o Planejamento Estratégico (PLANES).

3. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. JUSTIFICATIVA DO OBJETO SER COMUM

É possível observar, diante das especificações contidas neste Instrumento que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

5. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com o inciso II do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as compras, quando pertinente, serão processadas através de Sistema de Registro de Preços e em consonância, o art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 exemplifica:

Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e

III - haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

O presente objeto enquadra-se no rol exemplificativo e será processado por meio deste instrumento auxiliar, pois:

A aquisição de detergente neutro concentrado destina-se ao atendimento contínuo das atividades de limpeza e higienização de viaturas, equipamentos e materiais empregados no Atendimento Pré-Hospitalar (APH), caracterizando demanda recorrente e permanente da Corporação. Em razão da frequência de utilização do produto, mostra-se conveniente que o abastecimento ocorra de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades operacionais, evitando tanto o desabastecimento quanto a formação de estoques excessivos.

Embora o Estudo Técnico Preliminar apresente estimativa de consumo, o quantitativo efetivamente demandado durante a vigência da futura ata está sujeito a variações decorrentes do volume de atendimentos realizados, da utilização das viaturas de resgate e da reposição dos estoques das unidades, fatores que dificultam a definição precisa da quantidade que será efetivamente adquirida.

Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade na gestão das aquisições, permitindo a realização de contratações conforme a necessidade da Administração, promovendo maior eficiência no planejamento, racionalização dos estoques e otimização

da aplicação dos recursos públicos.

6. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO:

Produto: DETERGENTE NEUTRO CONCENTRADO

Categoria: Produto saneante destinado à limpeza geral de superfícies, utensílios e materiais compatíveis com sua utilização, conforme indicação do fabricante e finalidade de uso.

Requisito funcional: Deve possuir elevada eficiência na limpeza e remoção de sujidades, incluindo gorduras, óleos, resíduos orgânicos e demais impurezas compatíveis com sua finalidade de uso, apresentando bom desempenho quando diluído conforme orientação do fabricante, facilidade de aplicação e enxágue, adequado poder detergente e desengordurante e rendimento compatível com sua característica de produto concentrado.

Requisitos técnicos: Deve apresentar-se na forma líquida, homogênea e estável; possuir caráter neutro; ser concentrado e biodegradável; apresentar adequada capacidade detergente e desengordurante; possuir estabilidade físico-química durante o prazo de validade; permitir diluição conforme indicação do fabricante; não deixar resíduos ou película após o uso correto; e ser acondicionado em embalagem resistente, compatível com o produto, devidamente identificada e capaz de preservar suas características durante transporte, armazenamento e utilização.

Requisitos legais/regulatórios/certificações: Deve atender integralmente à legislação sanitária vigente aplicável aos produtos saneantes, às normas e regulamentos da Anvisa e demais autoridades competentes, encontrando-se devidamente regularizado na modalidade aplicável à sua classificação de risco. Deverá atender aos requisitos de segurança, qualidade, composição, rotulagem, embalagem, biodegradabilidade e Boas Práticas de Fabricação pertinentes, devendo o fornecedor apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória da regularidade e conformidade do produto.

2. REQUISITOS FUNCIONAIS DETALHADOS:

O produto deverá apresentar elevado poder de limpeza e remoção de sujidades, promovendo a remoção eficiente de resíduos de natureza orgânica e inorgânica, tais como gordura, óleos, resíduos alimentares, poeira e demais sujidades normalmente encontradas nas superfícies para as quais for indicado.

Deverá possuir boa capacidade detergente e desengordurante, proporcionando desempenho satisfatório mesmo quando utilizado na forma diluída, observadas as proporções de diluição e condições de uso estabelecidas pelo fabricante.

O produto deverá apresentar boa formação e estabilidade de espuma, quando característica própria da formulação, sem que o excesso de espuma comprometa sua capacidade de limpeza, enxágue ou produtividade durante a utilização.

Deverá apresentar facilidade de aplicação e enxágue, não devendo deixar resíduos, película, manchas ou alterações indesejáveis nas superfícies quando utilizado de acordo com as orientações do fabricante.

A formulação deverá proporcionar rendimento compatível com a característica de produto concentrado, permitindo sua diluição para utilização, de modo a proporcionar adequada relação entre quantidade utilizada e área ou quantidade de materiais efetivamente higienizados.

O desempenho do produto deverá permanecer satisfatório durante o período de validade estabelecido pelo fabricante, desde que mantidas as condições adequadas de armazenamento e conservação.

3. REQUISITOS TÉCNICOS DETALHADOS:

O produto deverá:

- apresentar-se na forma líquida, homogênea e estável, sem separação de fases ou alterações que comprometam sua utilização;
- possuir caráter neutro, com pH compatível com a classificação e finalidade declaradas pelo fabricante, de modo a proporcionar adequada eficiência de limpeza sem apresentar agressividade indevida às superfícies e materiais compatíveis com sua indicação de uso;
- ser concentrado, apresentando formulação que permita diluição para utilização, conforme orientação do fabricante, proporcionando rendimento adequado;
- possuir ação detergente e desengordurante, compatível com a finalidade de limpeza geral;
- apresentar estabilidade físico-química durante o prazo de validade, mantendo suas características de aparência, homogeneidade, desempenho e demais parâmetros especificados pelo fabricante;
- apresentar odor característico suave ou compatível com a formulação, não devendo apresentar odor anormal ou excessivamente agressivo que comprometa sua utilização;
- ser formulado com matérias-primas permitidas pela regulamentação sanitária aplicável aos produtos saneantes;
- ser biodegradável, especialmente quanto aos tensoativos empregados em sua formulação, em conformidade com a legislação e os requisitos técnicos aplicáveis;
- não apresentar, em condições normais e previsíveis de utilização, características que comprometam a segurança do usuário ou dos materiais para os quais esteja indicado;
- ser acondicionado em embalagem adequada, resistente, íntegra, compatível com o produto e capaz de preservar suas características durante transporte, armazenamento e utilização, evitando vazamentos, contaminação ou deterioração;
- possuir rotulagem contendo as informações obrigatórias previstas na regulamentação sanitária aplicável, incluindo, quando cabível, identificação do produto, fabricante, lote, prazo de validade, modo de uso, diluição, precauções e demais informações necessárias à utilização segura.

4. REQUISITOS DE DESEMPENHO DETALHADOS:

Considerando tratar-se de produto concentrado, a especificação deverá privilegiar não apenas a apresentação física do detergente, mas principalmente sua eficiência de limpeza após a diluição recomendada pelo fabricante.

Dessa forma, o produto deverá apresentar desempenho compatível com sua finalidade, assegurando:

- remoção eficiente de sujidades;
- capacidade de emulsificação e remoção de gorduras e óleos;
- adequada ação detergente em diferentes condições usuais de limpeza;
- facilidade de espalhamento sobre a superfície;
- facilidade de remoção durante o enxágue;
- ausência de resíduos perceptíveis após a utilização correta;
- rendimento satisfatório, considerando a concentração do produto e a diluição indicada;
- manutenção das características de desempenho durante o prazo de validade.

A diluição deverá ser claramente indicada pelo fabricante, de maneira a permitir a utilização racional do produto e evitar tanto o desperdício decorrente de concentração excessiva quanto a perda de eficiência decorrente de diluição inadequada.

5. REQUISITOS DE SEGURANÇA E AMBIENTAIS DETALHADOS:

O produto deverá ser formulado e comercializado em conformidade com os requisitos

sanitários, ambientais e de segurança aplicáveis à sua categoria.

Deverá possuir biodegradabilidade compatível com a legislação vigente, especialmente em relação aos tensoativos utilizados na formulação, contribuindo para a redução de impactos ambientais decorrentes de sua utilização e descarte.

Deverá apresentar em sua embalagem orientações claras quanto ao modo de utilização, diluição, armazenamento, precauções e medidas de segurança, permitindo o uso correto e reduzindo riscos decorrentes de utilização inadequada.

Quando aplicável, a embalagem deverá conter as advertências e informações de segurança exigidas pelos órgãos competentes, não sendo admitidas informações que possam induzir o usuário a erro quanto à finalidade, desempenho ou segurança do produto.

6. REQUISITOS LEGAIS, REGULATÓRIOS E CERTIFICAÇÕES DETALHADAS:

O produto deverá atender integralmente à legislação sanitária vigente aplicável aos produtos saneantes, incluindo as normas e atos regulatórios expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais autoridades competentes.

O produto deverá estar regularizado perante a Anvisa, na modalidade aplicável à sua classificação de risco, finalidade e composição, sendo de responsabilidade do fornecedor apresentar a documentação comprobatória correspondente. A Anvisa estabelece atualmente diferentes modalidades de regularização para saneantes, conforme sua classificação de risco.

O fabricante deverá possuir as autorizações e condições regulatórias exigíveis para a fabricação e comercialização do produto, devendo ser observadas as Boas Práticas de Fabricação e os demais requisitos sanitários aplicáveis.

O produto deverá atender às disposições legais relativas à composição, segurança, qualidade, eficácia, embalagem, rotulagem, armazenamento e comercialização de produtos saneantes, bem como às normas específicas relativas à biodegradabilidade dos tensoativos, quando aplicáveis.

Quando solicitado pela Administração, o fornecedor deverá apresentar documentação que comprove a regularidade sanitária do produto, tais como:

- comprovante de regularização/notificação ou registro perante a Anvisa, conforme a classificação aplicável;
- ficha técnica ou especificação do produto;
- ficha de informações de segurança, quando aplicável;
- informações relativas à composição e características físico-químicas exigíveis;
- comprovação de atendimento aos requisitos de biodegradabilidade, quando aplicável;
- documentos e certificados previstos na legislação ou exigidos para comprovação da conformidade do produto.

Ressalta-se que a regularização sanitária constitui requisito essencial para a comercialização de saneantes no território nacional, sendo objeto de fiscalização pela autoridade sanitária.

7. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO:

Para fins de recebimento, o produto deverá corresponder integralmente às características estabelecidas nesta especificação, devendo ser entregue em embalagem original do fabricante, devidamente identificada, lacrada e em perfeitas condições de conservação, contendo lote, validade e demais informações obrigatórias.

Não serão aceitos produtos:

- com embalagem violada, danificada ou apresentando vazamentos;

- sem identificação adequada do fabricante;
- sem indicação de lote e prazo de validade;
- com sinais de alteração de cor, odor, aspecto ou separação de fases;
- em desacordo com as características técnicas e funcionais estabelecidas;
- cuja regularização sanitária exigível não possa ser comprovada;
- com prazo de validade incompatível com as condições estabelecidas para o fornecimento.

Estimativas das quantidades e memórias de cálculo elaboradas conforme demandas da Subseção de Limpeza e Desinfecção de Viaturas e Materiais Operacionais (SULID) e da Subseção de Materiais Operacionais e Farmácia (SUMOF), subordinadas à Seção Técnica de Saúde (SETES) do GAEPH e responsáveis pelo controle operacional de materiais de assepsia e operacionais relacionados ao APH.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	MEMÓRIA DE CÁLCULO

1	DETERGENTE NEUTRO CONCENTRADO líquido, biodegradável e diluível em água, destinado à limpeza geral	301233	Recipiente 5 Litros	120	Conforme estimativa elaborada pela Subseção de Limpeza e Desinfecção de Viaturas e Materiais Operacionais (SULID), o quantitativo foi definido com base no consumo histórico dos postos de assepsia do CBMDF. Verificou-se um consumo médio de aproximadamente 21 litros de detergente por mês em cada posto, o que corresponde a 252 litros por posto ao ano. Considerando a existência de dois postos de assepsia, estima-se um consumo anual de 504 litros. Além do consumo estimado, foi prevista uma reserva técnica de 86 litros, destinada a assegurar a continuidade do abastecimento diante de oscilações de consumo e do prazo necessário para reposição dos estoques. Assim, considerando que o produto é fornecido em recipientes de 5 litros, o quantitativo foi arredondado para 600 litros, correspondentes a 120 recipientes, garantindo compatibilidade com a unidade de fornecimento e maior eficiência logística.
---	---	--------	---------------------	-----	--

7. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS, JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO E DA INDIVISIBILIDADE

Tratamento preferencial

Conforme preconizado na Lei Complementar nº 123, de 2006 e na Lei nº 4.611, de 2011, aplicam-se às entidades preferenciais, às microempresas e às empresas de pequeno porte os seguintes

benefícios:

1. Tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais, nos percentuais mínimos de 10% (dez por cento) e, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do gasto público com contratações;
2. **Participação exclusiva, até o valor estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para itens e grupos, enquanto não for atingido o limite percentual do tratamento favorecido e diferenciado;**
3. O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

O preço total máximo estimado é de **R\$ 4.708,80 (quatro mil, setecentos e oito reais e oitenta centavos)**, de acordo com a pesquisa de preços, detalhada na planilha de custos (205754827).

ITEM	OBJETO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO	TRATAMENTO FAVORECIDO
1	DETERGENTE NEUTRO CONCENTRADO	Recipiente 5 Litros	120	R\$ 39,24	R\$ 4.708,80	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA
TOTAL ESTIMADO					R\$ 4.708,80	

9. FORMA DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA, CORREÇÃO DE VÍCIOS E RECEBIMENTO DO OBJETO

Forma de Fornecimento	
Registro de Preço (integral, a cada pedido)	No prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato ou, quando não houver a formalização do instrumento de contrato, da Nota de Empenho.

RECEBIMENTO DO OBJETO	
LOCAL DE ENTREGA	Endereço: Centro de Suprimento e Material (CESMA) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS) Quadra 4, lote 5, Setor Policial Sul, Complexo da Academia de Bombeiro Militar – Brasília - DF. Google Maps: https://maps.app.goo.gl/gs2Yjqy6kg9zs4v7 CEP: 70.602-900 Telefone: (61) 3193-0293. E-mail: cesma.srmat@cbm.df.gov.br Dias úteis: • 2ª à 5ª: das 13:30 às 18:00 horas. • 6ª: das 8:00 às 12:00 horas. Agendar a entrega com pelo menos um dia útil de antecedência pelos canais de contato acima.
PROVISÓRIO	No ato da entrega.

CORREÇÃO DE VÍCIOS DA ENTREGA PROVISÓRIA	Prazo de 15 (quinze) dias corridos para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados nos objetos e/ou substituições dos objetos que não atendem às especificações estabelecidas neste Instrumento.
DEFINITIVO	Prazo de 5 (cinco) dias corridos para a contratante verificar as especificações estabelecidas neste Instrumento.
RESPONSABILIDADE	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança pela entrega do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. O CBMDF não disponibilizará mão-de-obra para descarga ou acondicionamento, estas caberão apenas à Contratada.
ESTADO DO OBJETO	Todos os objetos deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente embalados e protegidos, acompanhados das respectivas notas fiscais, do termo de garantia, manuais de instrução de uso e conservação, armazenamento e acondicionamento, em língua portuguesa.

10. DA GARANTIA

Ao que couber garantia, a empresa contratada deverá fornecer garantia de no mínimo 12 (doze) meses para o objeto da licitação, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa se obriga, independentemente de ser ou não a fabricante do produto, a efetuar correções ou substituições necessárias nos **OBJETOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA**, sem ônus para o CBMDF, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

O prazo para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados nos objetos ou realizar substituições dos objetos **QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA**, conforme citado no item anterior, e entregá-los com as correções ou substituições necessárias será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação por parte do CBMDF à contratada.

11. VALIDADE

Ao que couber validade, a empresa contratada deverá fornecer os produtos objeto da licitação com no mínimo 75% de sua validade, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa se obriga, independentemente de ser ou não a fabricante do produto, a efetuar correções ou substituições necessárias nos **OBJETOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE VALIDADE**, sem ônus para o CBMDF, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

O prazo para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados nos objetos ou realizar substituições dos objetos **QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE VALIDADE**, conforme citado no item anterior, e entregá-los com as correções ou substituições necessárias será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação por parte do CBMDF à contratada.

12. DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, persistindo as obrigações decorrentes da garantia e podendo prorrogar a vigência da ata e a renovação dos quantitativos registrados, conforme regula o art. 199 do Decreto nº 44.330 de 2023.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um executor ou comissão executora do contrato, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do

contrato, bem como, exigir e fiscalizar o atendimento às especificações previstas para o objeto da licitação e de tudo dará ciência à Administração, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar as decisões com informações pertinentes a essa atribuição.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023

O executor do contrato ou a comissão executora do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis sobre eventuais ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado.

O recebimento definitivo do objeto ficará a cargo do executor do contrato ou da comissão executora do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Instrumento e no Edital, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia para o ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei.

Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciárias, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações deste Instrumento e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias ao fornecimento do objeto.

Fornecer o objeto de forma a cumprir todas as normas legais de produção, transporte e armazenamento.

Comunicar à Contratante quaisquer irregularidades ocorridas ou observadas durante a entrega do objeto.

A Contratada deverá aplicar critérios de sustentabilidade ambiental conforme determina a Lei distrital nº 4.770/2012, devendo para tal apresentar declaração própria ou de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental, conforme art. 7º, Parágrafo único, da Lei Distrital nº 4.770/2012.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Nomear o Executor ou Comissão Executora do Contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021 por meio da Diretoria de Contratações e Aquisições (DICOA), para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.

Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à entrega do objeto da licitação.

Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no objeto da contratação.

16. DO PAGAMENTO

O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias a contar de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor de Contrato/Executor da Nota de Empenho, devidamente nomeado pelo CBMDF.

17. DAS PENALIDADES

No caso de violação de quaisquer disposições estipuladas neste Instrumento, serão passíveis de aplicação as penalidades descritas em Edital. Esse procedimento seguirá os princípios do devido processo legal, assegurando garantias ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os Art. nº 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 44.330/2023.

No caso de violação de quaisquer disposições estipuladas neste Termo de Referência, serão passíveis de aplicação as penalidades aqui delineadas. Esse procedimento seguirá os princípios do devido processo legal, assegurando garantias ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os Art. nº 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, mediante processo administrativo com observância do devido processo legal administrativo, das garantias do contraditório e da ampla defesa, e da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 2.1 Advertência;
- 2.2 Multa;
- 2.3 Impedimento de licitar e contratar; e
- 2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, com forme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. Compete ao Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF, nos termos do art. 121 da Portaria nº 21/2011, aplicar as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso II do §6º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1 Compete ao Chefe do Departamento de Administração Logística e

Financeira do CBMDF analisar e julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pelo Diretor de Contratações e Aquisições.

5. Compete ao Comandante-Geral do CBMDF aplicar a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar, que será precedida de análise jurídica.

5.1 Caberá apenas Pedido de Reconsideração da decisão proferida pelo Comandante-Geral do CBMDF nos casos de aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade, prevista no item 10.1.4 deste instrumento.

6. A aplicação das sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais militares, que avaliará os fatos e as circunstâncias e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de quinze dias úteis, contado da data da intimação.

6.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7. Na aplicação das sanções de Advertência e Multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8. Da aplicação das sanções de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar caberá Recurso Administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9. Todas as comunicações, inclusive a intimação para apresentação de Defesa Prévia e Recurso Administrativo serão realizadas por meio eletrônico através do endereço de e-mail cadastrado na proposta, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

9.1 Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação e confirmar o recebimento, certificando-se nos autos a sua realização.

9.2 Na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

9.3 A consulta referida nos itens anteriores deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada no primeiro dia útil seguinte à data do término desse prazo.

9.4 No prazo destinado ao exercício do direito de defesa, a empresa contratada ou licitante poderá solicitar vista dos autos referentes ao Procedimento Apuratório e o Processo Principal da contratação, ocasião em que será realizada a disponibilização de acesso externo via e-mail cadastrado na proposta ou endereço eletrônico informado no momento do pedido.

9.5 A empresa contratada poderá apresentar a Defesa Prévia ou interpor o Recurso Administrativo através do endereço eletrônico dicoa.sutec@cbm.df.gov.br, ou presencialmente na secretaria da Diretoria de Contratações e Aquisições, situada no SAM Lote D, Módulo E – Quartel do Comando Geral, Brasília – DF.

10. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11. A aplicação das sanções previstas neste contrato ou instrumento congênere serão formalizadas mediante Apostilamento no processo principal da contratação, bem como publicadas em DODF e inscritas no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção.

12. Os prazos referentes às penalidades aplicadas aos contratados, sobretudo quando às sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade, para todos os efeitos, são

contados a partir da data de aplicação da sanção, sendo a publicação no SICAF e no Diário Oficial do Distrito Federal mero ato de publicidade da sanção.

13. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1 A sanção de Advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

14. A sanção de Multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora e obedecerá os seguintes percentuais:

15.1 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, quando houver um dia de atraso.

15.2 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, limitado a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, quando houver mais de um dia de atraso.

16. A aplicação de multa de mora não impedirá a sua conversão em compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato, e obedecerá os seguintes percentuais:

16.1 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

16.2 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do contrato;

16.3 de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de obrigações contratuais acessórias.

17. Caso a contratada entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue, limitado o percentual máximo das multas a 30% sobre o valor total do contrato.

18. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

18.1 o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

18.2 quando a soma dos valores atribuídos à título de multa à contratada for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes;

18.2.1 Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

19. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o contrato poderá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma prevista neste Contrato.

20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CBMDF à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será emitido Documento de Arrecadação do Distrito Federal – DAR, com prazo de 30 dias corridos para o efetivo pagamento.

20.1 Em caso de não pagamento da multa aplicada, a sanção será agravada de forma automática, aplicando-se, de forma cumulativa, a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar no patamar máximo de 3 (três) anos, bem como encaminhado os autos à Procuradoria Geral do Distrito Federal para fins de análise quanto à viabilidade de ajuizamento de ação judicial para cobrança do débito.

20.2 A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar aplicada em decorrência de agravamento pelo não pagamento de multa anteriormente aplicada poderá ser revogada mediante a comprovação de pagamento da multa via DAR, encaminhado

o comprovante à Corporação.

21. A sanção de multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida e observado o princípio da proporcionalidade.

22. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.1 A aplicação da sanção de Impedimento de Licitar e Contratar deverá seguir os trâmites descritos no item 6.

23. A penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a Declaração de Inidoneidade.

24. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.1 A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar deverá seguir os trâmites descritos no item 6.

25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

28. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

29. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Atenciosamente,

Kemps **RHUAN** Lemos dos Santos - Ten-Cel. QOBM/Comb.

Subdiretor de Materiais e Serviços e Chefe da SEPEC

Matr. 1909306



Documento assinado eletronicamente por **KEMPS RHUAN LEMOS DOS SANTOS - Ten-Cel. QOBM/Comb. - Matr.01909306, Chefe da Seção de Elaboração de Projetos Básicos e Pedidos de Compras**, em 18/08/2026, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **210314805** Código CRC: **61D1CA9C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM, Bloco D, Lote E, - Bairro Asa Norte - CEP 70620-040 - DF
Telefone(s):
Site - www.cbm.df.gov.br

00053-00049910/2026-77

Doc. SEI/GDF 210314805